



RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DA DESINFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 2024

***REPORT ON THE STATE OF PRESS
FREEDOM AND DISINFORMATION
IN MOZAMBIQUE 2024***

Ficha Técnica / *Technical information*

MISA-Moçambique

Título:/ *Title*: Relatório Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa e da Desinformação em Moçambique (2024)/ *Report on the State of Press Freedom and Disinformation in Mozambique (2024)*

© MISA– Maputo, Maio de 2025/ © *MISA– Maputo, May 2025*

Como citar o documento: /*How to cite the document:*

“MISA (2025). Relatório Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa e da Desinformação em Moçambique - 2024. Maputo: MISA-Moçambique”/

“MISA (2025). Report on the State of Press Freedom and Disinformation in Mozambique - 2024. Maputo: MISA-Mozambique”

Endereço:/ *Address:*

Avenida Agostinho Neto, nº788, 1ºandar, Bairro da Sommerschield

Caixa Postal:/*P.O. Box*: 615

Maputo

Moçambique/ *Mozambique*

Telefone: / *Phone*: +258 21423839

Email: info@misa.org.mz ; misamozambique@gmail.com

<http://www.misa.org.mz>

Parceiros: / *Partners:*

IGUAL, CESC, Reino dos Países Baixos, NED, Noruega, IMS (União Europeia), UNESCO (IPDC).

As opiniões e conclusões vertidas neste relatório não vinculam os parceiros do MISA Moçambique. / *The opinions and conclusions expressed in the report are not binding on the MISA partners*

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DA DESINFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 2024

REPORT ON THE STATE OF PRESS FREEDOM AND DISINFORMATION IN MOZAMBIQUE 2024

Quando o Jornalismo e a verdade são atacados em meio a disputas políticas

“A Polícia atirou contra jornalistas (...). Fomos vítimas e impossibilitados de fazer o nosso trabalho” - jornalista.

“Quando a Polícia atirou (...), todos fugimos (...). Nessa fuga, uma bala de gás lacrimogénio explodiu no meu pé. Tive perfurações no pé esquerdo. Sangrei muito” - operador de câmara.

“Caí e, quando olhei para a minha perna direita, estava a sangrar. Era uma cápsula de gás lacrimogénio que acabava de me atin-

When Journalism and Truth Are Attacked Amid Political Disputes

“The police shot at journalists (...). We were victims and unable to do our job” - journalist.

“When the police shot (...), we all fled (...). In that escape, a tear gas canister exploded in my foot. I had perforations in my left foot. I bled a lot” - cameraman.

“I fell and, when I looked at my right leg, it was bleeding. It was a tear gas canister that had just hit me” - another cameraman.



Jornalistas procuram proteger-se após serem apanhados no fogo cruzado de gás lacrimogénio da Polícia e pedras atiradas por cidadãos durante a crise pós-eleitoral de 2024.

Journalists seek cover after being caught in the crossfire of police tear gas and rocks thrown by demonstrators during the 2024 post-election crisis.

O Cenário Geral das Liberdades de Imprensa em 2024

Ataques físicos, intimidação, repressão, limitações às manifestações e assédio a jornalistas e ativistas, entre outras formas de violação dos direitos humanos e ataques às Liberdades de Expressão e de Imprensa, tornaram-se cada vez mais comuns, em Moçambique. Este quadro é particularmente crítico durante períodos eleitorais, quando disputas pelo poder agravam as tensões e a polarização política, com repercussões sérias no exercício das liberdades fundamentais.

The Big Picture of Press Freedoms in 2024

Physical attacks, intimidation, repression, limitations on demonstrations and harassment of journalists and activists, among other forms of human rights violations and attacks on Freedom of Expression and of the Press, have become increasingly common in Mozambique. This situation is particularly critical during election periods, when power struggles aggravate tensions and political polarization, leading to serious limitations on the exercise of fundamental freedoms.

Concomitantemente, Moçambique não está alheio aos desafios globais impostos pelos desenvolvimentos tecnológicos, mais especificamente a popularização das redes sociais da Internet. Estes desafios incluem o discurso de ódio e a desinformação, que ganharam cada vez mais alcance com a rápida expansão da digitalização. Este Relatório avalia tanto o estado da Liberdade de Imprensa e de Expressão, assim como o nível de Desinformação durante o ano de 2024.

As constatações gerais deste relatório, de natureza mista, indicam uma situação preocupante tanto em relação ao estado da Liberdade de Imprensa, como também da desinformação, em Moçambique. Do ponto de vista das Liberdades de Expressão e de Imprensa, o Relatório mostra que, embora os períodos antes, durante e depois das eleições sejam particularmente desafiantes para o exercício do jornalismo, nenhuma outra eleição, na história de Moçambique, havia resvalado para uma escalada de ataques tão graves como foi nas eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais de 2024 e, particularmente, a crise que se lhes seguiu.

Em 2023 o MISA registou um total de 28 casos de violações contra as Liberdades de Imprensa, dos quais 11 ligados às eleições autárquicas do mesmo ano. Estes casos foram registados nas províncias de Maputo, Sofala e Zambézia onde muitos jornalistas sofreram vários tipos de violações como forma de impedir o seu trabalho. Das violações, registam-se agressão física, condicionamento para cobertura, ameaças, intimidações, apoderamento de material e entre outros.

Já em 2024 foram registados um total de 32 casos ligados às violações contra a liberdade de imprensa. Deste número 22 casos estão ligados às eleições gerais de 2024. Estas violações foram registadas em todas as províncias do país, sobretudo com a paralisação intencional de internet nos dias 25 e 30 de Outubro de 2024. Além do corte de internet, profissionais da comunicação social sofreram ameaças, violações físicas, intimidação, confisco de material, baleamentos, expulsão (envolvendo jornalistas internacionais)¹ desaparecimento, entre outros.

A desinformação também seguiu a mesma tendência, tendo sido muito usada como instrumento visando tirar proveitos eleitorais. Quanto à organização, este relatório é composto por duas partes. A primeira apresenta o estado da Liberdade de Imprensa em 2024, descrevendo as principais violações registadas ao longo do ano. A segunda aborda questões da digitalização, com destaque para a desinformação durante as eleições de 2024.

Contexto e regulação das liberdades de imprensa e direitos digitais

Nos últimos 15 anos, Moçambique registou uma trajectória regressiva em todos os índices internacionais que avaliam a qualidade da democracia e das liberdades fundamentais, incluindo as Liberdades de Expressão e de Imprensa, e o Direito à Informação. No lugar da consolidação da democracia, contrapondo os anúncios oficiais, o que o país tem vindo a assistir é muito mais autoritarismo, incluindo tentativas descaradas de normalização da fraude eleitoral, num país onde os resultados das eleições são sempre decididos pelos órgãos de supervisão e gestão eleitoral, em alinhamento perfeito com o mais alto órgão jurisdicional em matéria de eleições. Os relatórios do The Economist Intelligence

At the same time, Mozambique is not oblivious to the global challenges imposed by technological developments, more specifically the popularization of Internet social networks. These challenges include hate speech and disinformation, which have become increasingly more reachable with the rapid expansion of digitalization. This Report assesses the state of Press Freedom and Freedom of Expression, as well as the level of Disinformation during the year 2024.

The overall findings, based on both quantitative and qualitative analysis, show a worrying trend regarding both the state of Press Freedom and Disinformation in Mozambique. The report shows that although traditionally, periods before, during and after elections have been particularly challenging for the practising journalism, no other election in the history of Mozambique had slipped into an escalation of attacks against Freedom of Expression and Freedom of the Press as it was in the 2024 presidential, legislative and provincial assembly elections and the crisis thereafter.

In 2023, MISA recorded a total of 28 cases of Press Freedom violations, of which 11 were related to the municipal elections that were held in October that year. These cases had occurred in the provinces of Maputo, Sofala and Zambezia, where many journalists were faced with attempts at preventing them from doing their work. The violations took the form of physical aggression, prevention from covering events, threats, intimidation, seizure of equipment and/or material, among others.

A total of 32 cases of Press Freedom violations were recorded in 2024. Of these, 22 are directly related to the general elections held on 9 October. The violations occurred in all the country's 10 provinces and were particularly notorious during the internet shutdown on 25 and 30 October. In addition to the internet shutdown, media professionals suffered threats, physical violations, intimidation, confiscation of equipment and/or material, shootings, expulsion (for foreign journalists)¹ and disappearance, among others.

Disinformation also followed the same trend, having been widely used as an electioneering tool. This report consists of two parts. The first highlights the state of Press Freedom in 2024, describing the main violations recorded throughout the year. The second addresses issues of digitalization, with a special focus on disinformation during the 2024 elections.

Context and regulation of press freedoms and digital rights

In the last 15 years, Mozambique has witnessed a regressive trajectory in all international indices that assess the quality of democracy and fundamental freedoms, including Freedom of Expression and Press Freedom, as well as the Right to Information. Instead of consolidating democracy, and in contrast to official discourse, what the country has witnessed in recent times is much more authoritarianism, including brazen attempts to normalize electoral fraud, in a country where the results of elections are always decided by the electoral supervisory and man-

¹ <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/316-misa-condena-expulsao-de-jornalistas-da-cmtv>

¹ <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/316-misa-condena-expulsao-de-jornalistas-da-cmtv>

Unit², da Civicus³, e da Repórteres Sem Fronteiras⁴ referentes ao ano de 2024 mostram como Moçambique se tornou cada vez mais autoritário, com um acentuado declínio no respeito pelas liberdades e direitos fundamentais, embora com instituições democráticas formais. A título de exemplo, enquanto o The Economist Intelligence Unit classifica Moçambique como “regime autoritário”, a Civicus coloca o país na lista dos países “Reprimidos”, que inclui países como a Somália e o Uganda.

De 180 países, em 2024 Moçambique posicionou-se em 105º lugar no índice de Liberdade de Imprensa da Repórteres Sem Fronteiras, depois de ter estado em 116º lugar em 2022, o que reflecte o nível de degradação progressiva do país em alguns dos mais destacados indicadores de avaliação sobre o estado da liberdade no mundo. Para o ano de 2025, o país voltou a cair mais 4 lugares, passando para a posição 101.

O ano de 2024 foi marcado pela realização, a 9 de Outubro, das Sétimas Eleições Gerais na história de Moçambique. Seguindo a tradição do país, as eleições voltaram a ser marcadas por falta de transparência e integridade, com manifestos sinais de fraude. Em meio a denúncias de irregularidades, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Conselho Constitucional (CC) declararam o partido no poder, a Frelimo, e o seu candidato presidencial, Daniel Chapo, como os vencedores. Embora a falta de transparência nas eleições tenha criado um terreno fértil para uma eventual crise política, o assassinato, na noite de 19 de Outubro, de Elvino Dias e Paulo Guambe⁵, dois aliados de Venâncio Mondlane, o candidato da oposição que reivindicava ser vencedor do pleito, marcou o ponto de viragem da crise pós-eleitoral, desencadeando a maior onda de protestos populares alguma vez testemunhados em mais de 30 anos de eleições multipartidárias em Moçambique.

Durante cerca três meses, milhares de pessoas, convocadas por Venâncio Mondlane, foram às ruas para exigir a “verdade eleitoral”, num movimento que paralisou praticamente o país inteiro, causando incalculáveis danos económicos⁶. Os protestos, ostensivamente pacíficos, foram recebidos com uma reacção brutal das forças policiais, transformando-os em manifestações mortais. Grandes cidades como Maputo, Matola e Nampula transformaram-se em autênticas “zonas de guerra”.

Entre 21 de Outubro de 2024, quando as manifestações iniciaram, até 15 de Janeiro de 2025, quando o novo Presidente da República foi investido nas suas funções, em meio a manifestações populares que tiveram como resposta a brutalidade policial, foi confirmada a morte de mais de 300 civis, dos mais de 600 alertas de morte que foram emitidos, a maioria delas devido à brutalidade policial⁸. Para além de mortes e feridos, os protestos também resultaram na destruição de várias infra-estruturas públicas e privadas, com sérias repercussões económicas e sociais. Muitos perderam os seus empregos, e alguns empresários praticamente

agement bodies, in perfect alignment with the highest court on electoral matters. Reports from The Economist Intelligence Unit², Civicus³ and Reporters Without Borders⁴ for the year 2024 show how Mozambique has become increasingly authoritarian, with a sharp decline in respect for fundamental freedoms and rights, notwithstanding the existence of formal democratic institutions. As an example, while The Economist Intelligence Unit classifies Mozambique as an “authoritarian regime”, Civicus places the country on the list of “Repressed” countries, alongside the likes of Somalia and Uganda.

Out of 180 countries, in 2024, Mozambique ranked 105th in the Reporters Without Borders’ Press Freedom Index, after having been in the 116th position in 2022, something that highlights how the situation in the country has progressively deteriorated in relation to some of the world’s most prominent indicators on the state of freedom. For the year 2025, Mozambique has come down four places to position number 101.

The year 2024 was marked by the holding on 9 October of the 7th general elections in the history of Mozambique. Following a long-held tradition in the country, the elections were once again marred with lack of transparency and integrity, with clear signs of fraud. Amid allegations of irregularities, the National Elections Commission (CNE) and the Constitutional Council (CC) went ahead and declared the ruling party, Frelimo, and its presidential candidate, Daniel Chapo, the winners. While lack of transparency in the elections has traditionally created fertile ground for a possible political crisis, it was the murder on 19 October of Elvino Dias and Paulo Guambe⁵, two allies of Venâncio Mondlane, the opposition candidate who had claimed victory, that marked a turning point in the post-election crisis, triggering the largest wave of popular protests ever witnessed in more than 30 years of multiparty elections in Mozambique.

For about three months, thousands of people, summoned by Venâncio Mondlane, took to the streets to demand the “electoral truth”, in a movement that practically brought the whole country to a standstill, causing incalculable economic damage⁶. The protests, that the organisers ostensibly billed to be peaceful, were met with brutal force from the police, turning them into deadly demonstrations. Large cities such as Maputo, Matola and Nampula became authentic “war zones”.

From 21 October 2024, when the demonstrations began, until 15 January 2025, when the new President of the Republic was sworn in, amid popular demonstrations that were in response to police brutality, the death of at least 348 civilians was confirmed, from among the more than 600 death alerts that were issued, most of them due to police brutality⁸. In addition to deaths and injuries, the protests also resulted in the destruction of various public and

2 The Economist Intelligence Unit (2024). Democracy Index 2023: conflict and polarisation drive a new low for global democracy. Available at <https://www.eiu.com/n/democracy-index-conflict-and-polarisation-drive-a-new-low-for-global-democracy> and <https://www.idea.int/democracytracker/country/mozambique>, accessed on January 17, 2025.

3 <https://monitor.civicus.org/country/mozambique/>, accessed on January 20, 2025.

4 <https://rsf.org/en/ranking/2024#>, accessed on January 17, 2025.

5 <https://www.bbc.com/news/articles/cy4d3j1mm2yo>

6 <https://www.dw.com/en/mozambicans-protest-ruling-partys-disputed-election-win/video-71150427>

7 <https://www.dailymaverick.co.za/article/2024-11-08-mozambique-maputo-is-like-a-warzone-says-activist/>

8 <https://cdmoz.org/wp-content/uploads/2025/02/Human-Rights-Violations-During-the-Post-Election-Crisis-in-Mozambique.pdf>

2 The Economist Intelligence Unit (2024). Democracy Index 2023: conflict and polarisation drive a new low for global democracy. Available at <https://www.eiu.com/n/democracy-index-conflict-and-polarisation-drive-a-new-low-for-global-democracy> and <https://www.idea.int/democracytracker/country/mozambique>, accessed on January 17, 2025.

3 <https://monitor.civicus.org/country/mozambique/>, accessed on January 20, 2025.

4 <https://rsf.org/en/ranking/2024#>, accessed on January 17, 2025.

5 <https://www.bbc.com/news/articles/cy4d3j1mm2yo>

6 <https://www.dw.com/en/mozambicans-protest-ruling-partys-disputed-election-win/video-71150427>

7 <https://www.dailymaverick.co.za/article/2024-11-08-mozambique-maputo-is-like-a-warzone-says-activist/>

8 <https://cdmoz.org/wp-content/uploads/2025/02/Human-Rights-Violations-During-the-Post-Election-Crisis-in-Mozambique.pdf>

tudo o que tinham investido.

Este contexto teve um impacto brutal no exercício das Liberdades de Expressão e de Imprensa, conforme será detalhado na primeira parte deste relatório. Os atentados registados ao longo de 2024 representam flagrantes violações do quadro normativo que regula o funcionamento dos media e o trabalho dos jornalistas em Moçambique, em particular a Constituição da República, a Lei de Imprensa e a Lei do Direito à Informação.

Com efeito, a Liberdade de Expressão e a Liberdade de Imprensa são assegurados como direitos fundamentais ao abrigo do Artigo 48 da Constituição da República. Através do seu artigo 27, a Lei de Imprensa (Lei Nº 18/91) determina que de entre outros, o jornalista goza do direito de “livre acesso e permanência em lugares públicos onde se torne necessário o exercício da profissão”, para além de que ele não deve “ser detido, afastado ou por qualquer forma impedido de desempenhar a respectiva missão no local onde seja necessária a sua presença como profissional (...)”

A Lei do Direito à Informação (Lei Nº 34/2014) e o respectivo Regulamento, aprovado pelo Conselho de Ministros em 2015, complementam o quadro legal moçambicano no que respeita a questões relacionadas com o usufruto da Liberdade de Expressão e a Liberdade de Imprensa. Duas das disposições mais críticas da Lei do Direito à Informação são os princípios da máxima divulgação e da transparência (Artigos 6 e 7 respectivamente), os quais impõem sobre “entidades públicas e privadas investidas de poder público” a obrigatoriedade de proactivamente divulgar informação sobre as suas actividades.

No plano internacional, Moçambique subordina-se igualmente a um conjunto de boas práticas tais como aquelas que emanam do Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração de Princípios Sobre a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação em África, aprovada pela Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, a qual impõe obrigações quanto à protecção e segurança dos jornalistas e outros profissionais de media. Moçambique vincula-se ainda aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, cujo número 16 preconiza a promoção de sociedades de paz e inclusivas, através de garantias de acesso à justiça para todos e a edificação, a todos os níveis, de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, o que essencialmente pressupõe a necessidade de garantir o acesso à informação.

Ainda neste contexto, o Pacto Internacional Sobre os Direitos Civis e Políticos salvaguarda que todo o ser humano tem direito à Liberdade de Expressão, este que deve incluir o direito de procurar, receber e partilhar informação e ideias de qualquer espécie.

Em termos específicos, o número 3 do Artigo 19 do Pacto impõe que quaisquer restrições sobre estes direitos devem estar previstas na lei, e devem ser imperativas para: a) o respeito dos direitos e reputação de outrem; e b) protecção da segurança nacional, da ordem e saúde públicas ou de valores morais.

Quanto à desinformação, o ano de 2024 e, particularmente, as eleições e a crise que se lhe seguiram, evidenciaram como, mesmo com os seus benefícios (por exemplo facilitar maior acesso à informação, participação dos cidadãos na vida política e uma maior conectividade), a popularização da internet e das redes sociais digitais pode colocar em causa a integridade das eleições e dos próprios sistemas democráticos. Vários casos de desinformação sobre as eleições e a crise pós-eleitoral foram detectados ao longo do ano, afectando a integridade das eleições e da democracia.

private infrastructures, with serious economic and social repercussions. As a result, many lost their jobs, and some entrepreneurs virtually all that they had invested.

This context had a brutal impact on the exercise of Freedom of Expression and Freedom of the Press, as will be detailed in the first part of this report. The attacks recorded throughout 2024 constitute a flagrant violation of the normative framework that regulates the functioning of the media and the work of journalists in Mozambique, with reference to the Constitution of the Republic, the Press Law and the Right to Information Law.

Indeed, Freedom of Expression and Freedom of the Press are guaranteed as fundamental rights under Article 48 of the Constitution of the Republic. Article 27 of the Press Law (Act No. 18/91) determines that, among others, journalists enjoy the right of “free access and permanence in public places where it becomes necessary to exercise the profession”. It also states that journalists shall not “be detained, removed or in any way prevented from carrying out the respective duty in the place where their presence as a professional is necessary (...)”

The Right to Information Act (Law No. 34/2014) and the respective Regulation, adopted by Cabinet in 2015, complement the Mozambican legal framework regarding issues related to Freedom of Expression and Freedom of the Press. Two of the most critical provisions of the Right to Information Law are the principles of maximum disclosure and transparency (Articles 6 and 7 respectively), which impose on “public and private entities vested with public power” the obligation to proactively disclose information about their activities.

At the international level, Mozambique is also duty bound to a set of best practices such as those emanating from Article 19 of the Universal Declaration of Human Rights, the Declaration of Principles on Freedom of Expression and Access to Information in Africa, approved by the African Commission on Human and Peoples’ Rights, both of which impose obligations regarding the protection and safety of journalists and other media professionals. Mozambique is also committed to the Sustainable Development Goals, whose number 16 advocates for the promotion of peaceful and inclusive societies, through guarantees of access to justice for all and the building, at all levels, of effective, accountable and inclusive institutions, which essentially presupposes the need to ensure that all citizens have free access to information.

Also in this context, the International Covenant on Civil and Political Rights safeguards that every human being has the right to Freedom of Expression, which must include the right to seek, receive and share information and ideas of any kind.

Specifically, Article 19(3) of the Covenant requires that any restrictions on these rights must be provided for by law and must be imperative for: a) respect for the rights and reputation of others; and b) protection of national security, public order and health or moral values.

As for disinformation, the year 2024 and, particularly, the elections and the crisis that followed, have shown how, even with its benefits (for example, facilitating greater access to information, citizen participation in political life and greater connectivity), the popularization of the internet and digital social networks can jeopardize the integrity of elections and democratic systems themselves. Several cases of disinformation about the elections and the post-election crisis were noticed throughout the year, affecting the integrity of elections and democracy.

É preciso situar a questão da desinformação no quadro geral da utilização da internet e das redes sociais em Moçambique. O país conta com uma taxa de penetração de internet de cerca de 23,2%, representando aproximadamente 7,96 milhões de usuários de internet⁹. Quanto à utilização das redes sociais digitais, estima-se em cerca de 3,2 milhões o número de usuários, representando 9,3% da população. O Facebook é a rede social mais usada no país (3,2 milhões de utilizadores), seguida do TikTok (com 1,46 milhões de utilizadores com mais de 18 anos), e outras como o LinkedIn, Instagram, Youtube e X¹⁰.

Contudo, mesmo com a crescente utilização da internet e das redes sociais digitais, Moçambique continua com um enorme vazio na regulação deste sector. A Política Nacional de Acesso Universal não é suficiente para regular todo um vasto sector digital em rápida aceleração. Apenas a Lei n.º 03/2017, de 9 de Janeiro (Lei das Transacções Electrónicas) aborda questões relacionadas com o ambiente digital, mas com foco nas transacções electrónicas (como o comércio electrónico e o governo electrónico¹¹). Além da ausência de regulação, Moçambique tem um elevado défice nas questões de literacia digital. Tudo isto tem levado a uma utilização desenfreada (e quase sem limites) da internet e das redes sociais digitais, sendo a desinformação apenas uma das consequências mais assinaláveis desse contexto.

Não havendo regulação nacional sobre questões digitais, a componente sobre desinformação deste relatório foi produzida à luz das boas práticas internacionais na matéria, com destaque para as “Directrizes para a Governança das Plataformas Digitais” da UNESCO¹², visando possibilitar que a liberdade de expressão e informação estejam no centro dos processos de governação das plataformas digitais, incluindo o combate à desinformação.

Contudo, a ausência de legislação específica não deve isentar o país da necessidade de observar certos princípios fundamentais que corporizam as boas práticas universais em matéria da liberdade de expressão no espaço digital, tais como a privacidade e protecção de dados, o direito ao anonimato e o direito ao esquecimento, todas elas contidas em importantes instrumentos internacionais como a Convenção da União Africana Sobre Cibersegurança e Protecção de Dados Pessoais (também chamada Declaração de Malabo de 2014), a Convenção de Budapeste e as Directivas da União Europeia sobre Protecção de Dados.

Instrumentos adicionais incluem os Princípios Globais para a Integridade da Informação, lançados pelas Nações Unidas em 2024, e que assentam em cinco critérios fundamentais para combater a desinformação e o discurso de ódio, que são:

- 1 Confiança e Resiliência da Sociedade;
- 2 Imprensa Independente, Livre e Plural;
- 3 Transparência e Pesquisa;
- 4 Capacitação Pública; e
- 5 Incentivos Saudáveis.

There is a need to contextualise the issue of disinformation in the general framework of the use of the internet and social networks in Mozambique. The country has an internet penetration rate of around 23.2%, which means approximately 7.96 million internet users⁹. It is further estimated that there are about 3.2 million users of digital social networks, representing 9.3% of the country's population. Facebook is the most used social network in the country (3.2 million users), followed by TikTok (with 1.46 million over 18-year-old users), and others such as LinkedIn, Instagram, Youtube and X¹⁰.

However, even with the growing use of the internet and digital social networks, Mozambique still has a huge void in the regulation of this sector. The National Universal Access Policy is not enough to regulate an entire vast and fast-growing digital sector. Only Law No. 03/2017 of 9 January (Electronic Transactions Act) addresses issues related to the digital environment but focuses only on electronic transactions (such as e-commerce and e-government¹¹). In addition to the absence of an adequate regulatory framework, Mozambique has a high deficit in digital literacy issues. All this has led to an unbridled (and almost limitless) misuse of the internet and digital social networks, with disinformation being just one of the most notable consequences of this.

In the absence of national regulation in the digital sphere, the disinformation component of this report was produced based on an understanding of what constitute international best practices in the industry, with emphasis on UNESCO's "Guidelines for the Governance of Digital Platforms"¹², which aim at ensuring that freedom of expression and information remain at the centre of governing processes on digital platforms, including the fight against disinformation.

However, the absence of specific legislation should not exempt Mozambique from the need to observe certain fundamental principles that embody universal good practices in terms of freedom of expression in the digital space, such as privacy and data protection, the right to anonymity and the right to be forgotten, all of which are contained in important international instruments such as the African Union Convention on Cybersecurity and Personal Data Protection (also known as the 2014 Malabo Declaration), the Budapest Convention and the European Union Data Protection Directives.

Additional instruments include the Global Principles for Information Integrity, launched by the United Nations in 2024, which are based on five key criteria to combat disinformation and hate speech, which are:

- 1 Society's Trust and Resilience;
- 2 Independent, Free and Plural Media;
- 3 Transparency and Research;
- 4 Public Training; and
- 5 Healthy Incentives.

9 <https://datareportal.com/reports/digital-2024-mozambique>

10 <https://gs.statcounter.com/social-media-stats/all/mozambique;>
<https://360mozambique.com/trends/how-many-mozambicans-have-internet-access-and-which-social-networks-are-most-popular/>;
e <https://vincos.it/world-map-of-social-networks/>

11 https://portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/7051/51882/version/2/file/LEI_DE_TRANSACCOES_ELECTRONICAS.pdf

12 <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387560>

9 <https://datareportal.com/reports/digital-2024-mozambique>

10 <https://gs.statcounter.com/social-media-stats/all/mozambique;>
<https://360mozambique.com/trends/how-many-mozambicans-have-internet-access-and-which-social-networks-are-most-popular/>;
and <https://vincos.it/world-map-of-social-networks/>

11 https://portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/7051/51882/version/2/file/LEI_DE_TRANSACCOES_ELECTRONICAS.pdf

12 <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387560>

As principais violações contra as liberdades de imprensa em 2024

O contexto acima descrito, desde a tendência histórica autoritária até à crise pós-eleitoral, tornou 2024 um dos anos mais difíceis para os jornalistas e outros profissionais da comunicação social em Moçambique, uma vez que estes se viram sob ataque, principalmente das forças policiais. Um total de 32 violações da Liberdade de Imprensa foram registadas em 2024, através do sistema de monitorização da Liberdade de Imprensa do MISA. Este número representa mais quatro casos em comparação com 2023, quando as eleições autárquicas também intensificaram os ataques contra os profissionais da comunicação social, levando a um total de 28 casos (em comparação com 11 em 2022). O ligeiro aumento no número de casos não reflecte totalmente o ambiente hostil em que os jornalistas se viram obrigados a operar em 2024, em Moçambique.

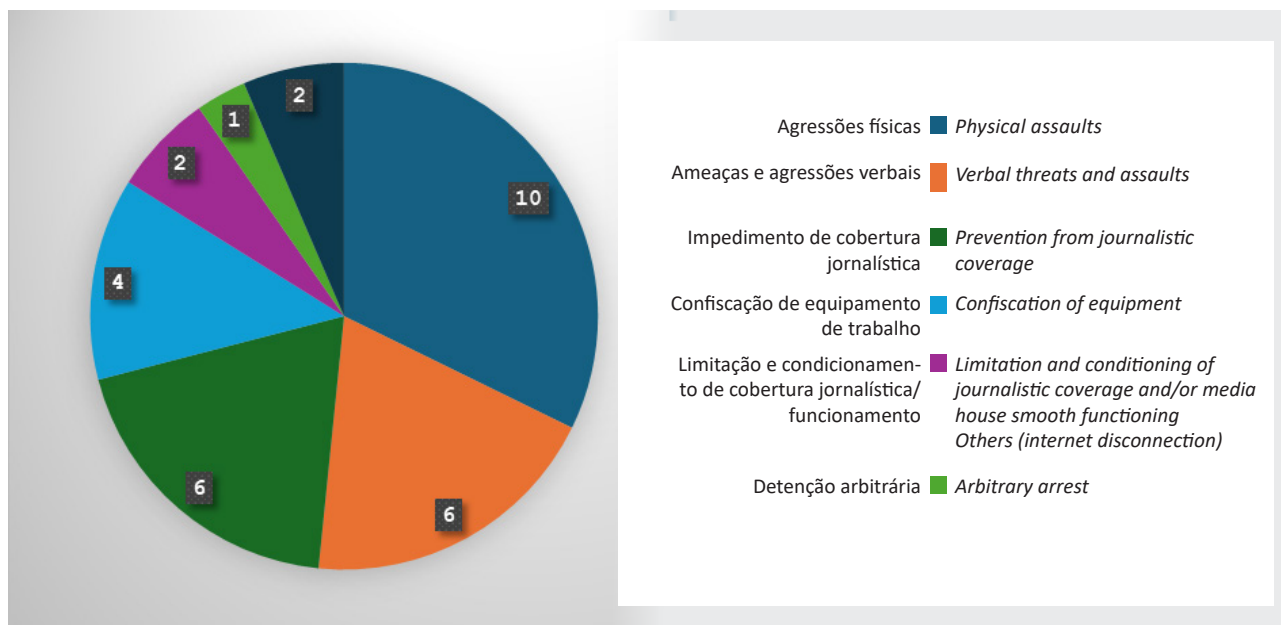


Gráfico 1: As principais formas de Violação da Liberdade de Imprensa e de Expressão em Moçambique durante 2024. Fonte: MISA Moçambique

Figure 1: The main forms of Freedom of Expression and Press Freedom violations in Mozambique during 2024. Source: MISA Mozambique

Mais do que os números, foi a gravidade das situações que tornou 2024 um ano difícil para os profissionais da comunicação social neste país. Embora não tenham sido registados casos de assassinato em 2024, ao contrário de 2023, quando foi assassinado o jornalista João Chamusse, muitos jornalistas foram deliberadamente visados pela Polícia, e alguns até ficaram feridos.

De todos os casos, as violações mais significativas da Liberdade de Imprensa estiveram directamente relacionadas com as eleições e a crise pós-eleitoral. Conforme ilustra a figura 1 (abaixo), do total de 32 casos, 10 foram agressões físicas sendo que 4 aconteceram na cidade de Maputo, com um dos casos mais notórios que se registou no contexto das manifestações pós-eleitorais, que ocorreu no primeiro dia das manifestações, 21 de Outubro de 2024, quando os agentes da Polícia, deliberadamente lançaram granadas de gás lacrimogénico contra o candidato presidencial Venâncio Mondlane, juntamente com dezenas de jornalistas que o entrevistavam junto à Praça da OMM.

More than just numbers, it was the seriousness of the cases that made 2024 a particularly difficult year for media professionals in this country. Although no murder cases were recorded in 2024, unlike in 2023, when journalist João Chamusse was killed, many journalists were deliberately targeted by the police, and some were even injured.

Of all the cases, the most significant violations of Press Freedom were directly related to the elections and the post/election crisis. As illustrated in figure 1 (below) of the total of 32 cases, 10 were in the form of physical assaults, 4 of which took place in Maputo City. One of the most notorious cases occurred on the first day of the demonstrations, 21 October 2024, when police officers deliberately threw tear gas grenades against presidential candidate Venâncio Mondlane, along with dozens of journalists who were interviewing him next to the OMM Square.



Dário Cossa, repórter da televisão STV a fugir do gás lacrimogénico disparado pela Polícia durante a crise pós-eleitoral de 2024.

Dário Cossa, a reporter for STV television fleeing tear gas fired by police during the 2024 post-election crisis.

No entanto, o evento de 21 de Outubro marcou apenas o início de uma série de ataques contra jornalistas, que nunca mais parou até ao fim do ano. O Outro caso violento relacionado com as manifestações se deu na Província de Maputo (1) quando no dia 14 de Dezembro, por exemplo, a Polícia baleou o repórter Strip Pedrito, da SPM TV, uma estação de televisão local em Ressano Garcia, na fronteira com a África do Sul, que transmite em formato digital, quando ele, participava no funeral do *blogger* Albino José Sibia, conhecido como Mano Shottas, morto, dias antes, também pela Polícia¹³. Ainda no contexto das agressões físicas, outros casos ocorreram na província de Nampula (3)¹⁴ – sendo de destacar o que se registou quando o correspondente da Tv Sucesso, em Nacala-Porto, Filesmar Agostinho, foi atropelado enquanto buscava obter a reação do director distrital da Educação (Alexandre Mário) sobre reivindicações de professores em relação a atrasos no pagamento de salários e de horas extraordinárias; já na província da Zambézia (2)¹⁵ – uma das ocorrências deu-se no distrito de Alto-Molocué, quando jornalistas tentavam cobrir o congresso do partido Renamo, à data dos factos, a segunda maior força política em Moçambique.

However, the 21 October event marked only the beginning of a series of attacks against journalists, which never stopped until the end of the year. Another violent case related to the demonstrations took place in Maputo Province (1), when on 14 December, police shot reporter Strip Pedrito, of SPM TV, a local television station in Ressano Garcia, on the border with South Africa, which broadcasts in digital format when he was attending the funeral of blogger Albino José Sibia, known as Mano Shottas, who previously had also been killed by the Police¹³. Other cases of physical aggression occurred in the Province of Nampula (3)¹⁴ – and it is worth noting what happened when the TV Sucesso correspondent in Nacala-Porto, Filesmar Essiaca Agostinho, was run over while seeking to get a reaction from the District Director of Education (Alexandre Mário) on teachers' claims, which include salary arrears and overtime pay; in the province of Zambezia (2)¹⁵ – one of the occurrences took place in the District of Alto-Molocué, when journalists were attempting to cover the congress of the Renamo party, by then Mozambique's main opposition.

13 <https://cpj.org/2025/02/blogger-killed-editor-missing-as-mozambique-press-freedom-crisis-deepens/>

14 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/223-comunicado-de-imprensa-atropelamento-de-reporter-misa-exige-responsabilizacao-do-director-distrital-de-educacao-de-nacala>

15 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/255-comunicado-reunioes-magnas-da-frelimo-e-renamo-marcadas-por-humilhaes-e-agressoes-contra-jornalistas>

13 <https://cpj.org/2025/02/blogger-killed-editor-missing-as-mozambique-press-freedom-crisis-deepens/>

14 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/223-comunicado-de-imprensa-atropelamento-de-reporter-misa-exige-responsabilizacao-do-director-distrital-de-educacao-de-nacala>

15 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/255-comunicado-reunioes-magnas-da-frelimo-e-renamo-marcadas-por-humilhaes-e-agressoes-contra-jornalistas>

Quanto as ameaças e agressões verbais, o MISA Moçambique reportou 6 casos, tendo a província de Cabo Delgado registado o maior número com 3 casos. Seguido pelas províncias do Niassa, num episódio envolvendo o director distrital dos Serviços Secre- tos de Informação do Estado, SISE, contra jornalistas que co- briam manifestações¹⁶. As restantes violações foram reportadas nas províncias de Nampula (1) e Maputo Cidade (1).

Outras situações de violação das liberdades (6) estiveram re- lacionadas a impedimentos da cobertura jornalística, em que diversos repórteres em várias situações viram seus direitos ne- gados pelas autoridades ou entidades políticas. Do total de ca- sos, 3 referem-se a província da Zambézia, Maputo Província (2), Maputo Cidade (1). A título de exemplo foi a expulsão dos jo- rnalistas portugueses, Alfredo Leite e o repórter de imagem Marc Ricardo Silva, depois de terem testemunhado as manifestações e foi-lhes apreendido o passaporte, posteriormente escoltados até ao aeroporto por agentes de imigração moçambicana e seguiram para Lisboa¹⁷.

No mesmo período, foram registados 4 casos de confiscação de equipamento totalizando quatro ocorrências, sendo Niassa (1), Nampula (1), Zambézia (1) e, por fim, a Cidade de Maputo (1) num caso que se deu quando uma equipa da STV cobria uma ma- nifestação dos agentes do antigo Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP). Durante uma entrevista, indivíduos não identi- ficados e que se faziam transportar numa viatura sem chapa de matrícula derrubaram o operador de câmara da STV, arrancando o seu instrumento de trabalho e desapareceram do local¹⁸.

Outras violações estiveram relacionadas com limitações para o funcionamento do órgão (2 casos), sendo um na província de Nampula, quando agentes da UIR, que alegadamente perse- guiam um manifestante, dispararam, a partir de um veículo BTR, contra as instalações do Ikweli. Na ocasião, a situação forçou a interrupção temporária do normal funcionamento da Redac- ção do Jornal. O MISA Moçambique denunciou igualmente que a Transportes – Multiplexação e Transmissão (TMT), empresa privada, decidiu suspender a STV da sua plataforma, impedindo que cerca de 640 mil moçambicanos conectados aos decoder da TMT tenham acesso a este que é um dos principais canais de televisão com informação alternativa sobre os acontecimentos do país, numa clara intenção de limitar a liberdade de imprensa.

Numa outra tentativa de silenciamento da media, no contexto das manifestações pós-eleitorais, o MISA notificou que na Cida- de de Maputo (1) 3 jornalistas foram detidos pelas autoridades policiais, dos quais 2 de nacionalidade nigeriana e um moçambi- cano dos serviços em inglês da Radio Moçambique¹⁹. Ainda no período em alusão, o MISA notificou uma violação que resultou num processo judicial injusto.

Trata-se de um caso que ocorreu no dia 8 de Janeiro de 2024, e envolveu o atropelamento deliberado do jornalista Filesmar Essiaca Agostinho, correspondente da TV Sucesso na Cidade de Nacala Porto, Província de Nampula, quando ele pretendia obter esclarecimentos do director distrital de Educação, Alexandre Mário, sobre um caso de professores que reivindicavam os seus

As for threats and verbal aggression, MISA Mozambique report- ed 6 cases, with Cabo Delgado Province registering the high- est number with 3 cases. Niassa Province recorded an episode in which the District Director of the Intelligence Services (SISE), threatened and intimidated a group of journalists who had been covering demonstrations¹⁶. The remaining violations were re- ported in the provinces of Nampula (1) and Maputo City (1).

Six other cases of violation of Press Freedom occurred when jour- nalist were denied the coverage of political events in Zambezia Province (3), Maputo Province (2), and Maputo City (1). One of the cases here involved the expulsion of Portuguese journalist Al- fredo Leite and his cameraman Marco Ricardo Silva, who were detained and their passports seized while they were covering demonstrations. They were then escorted to the airport, from where they flew to Lisbon¹⁷.

During the same period, 4 cases of confiscation of equipment were reported in Niassa (1), Nampula (1), Zambezia (1) and Maputo City (1). The latter case involved a STV crew that was covering a demonstration by agents of the former National Peo- ple's Security Service (SNASP), who were claiming compensation. During an interview, unidentified individuals travelling in an un- marked vehicle knocked down the STV cameraman, snatched his equipment and disappeared from the scene¹⁸.

Other violations were related to restrictions imposed on the ad- equate functioning of media houses (2 cases). One was in Nam- pula Province, when agents of the police's Rapid Intervention Unit (UIR) who were allegedly chasing a protester fired from an armoured vehicle at the Ikweli media premises. This led to tem- porary suspension of activities in the newsroom. MISA Mozam- bique also reported that the privately owned Digital Television Transmission Company, TMT, had decided to suspend STV from its platform, preventing about 640 000 users from accessing the services of what is one of the main television channels offering alternative information about events in the country, in what was clearly intended to harm Freedom of the Press.

In yet another attempt to silence the media, in the context of the post-election demonstrations, MISA reported that 2 Nigeri- an journalists were detained by the police in Maputo City, in the company of a Mozambican colleague who works for the English Service of the State-owned Radio Mozambique¹⁹. During the same period, MISA reported one violation that resulted in unfair judicial proceedings.

As stated above, this is a case that occurred on 8 January 2024, and involved the deliberate running over of journalist Filesmar Es- siaca Agostinho, TV Sucesso correspondent in the City of Nacala Porto, Nampula Province, when he sought to obtain clarification from the district director of Education, Alexandre Mário, about a case in which teachers were demanding their rights, including unpaid salaries, overtime and inclusion in the Government Con- solidated Salary Schedule, known as TSU.

16 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/315-mi- sa-desencoraja-ataques-contra-imprensa-no-ambito-das-manifes- tacoes>

17 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/316-mi- sa-condena-expulsao-de-jornalistas-da-cmtv>

18 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/259-pes- soas-nao-identificadas-arrancam-camara-da-stv-na-presen- ca-da-prm>

19 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/317-aler- ta-misa-exige-libertacao-imediata-de-tres-jornalistas-desaparecidos>

16 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/315-mi- sa-desencoraja-ataques-contra-imprensa-no-ambito-das-manifes- tacoes>

17 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/316-mi- sa-condena-expulsao-de-jornalistas-da-cmtv>

18 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/259-pes- soas-nao-identificadas-arrancam-camara-da-stv-na-presen- ca-da-prm>

19 <https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/317-aler- ta-misa-exige-libertacao-imediata-de-tres-jornalistas-desaparecidos>

direitos, de entre os quais o pagamento de salários atrasados, horas extraordinárias e enquadramento na Tabela Salarial Única (TSU).

Alexandre Mário não aceitou prestar declarações ao jornalista, e já dentro da viatura do Estado que conduzia, arrancou à alta velocidade, atropelando o jornalista e danificando parte do seu equipamento de trabalho. Agostinho processou o director, mas o tribunal encerrou o caso, por insuficiência de provas. Perante a decisão do tribunal, o director distrital de Educação contratou com um novo processo contra o jornalista, acusando-o de o ter difamado.

A desinformação e a crise das liberdades digitais

Durante o ano de 2024 e, particularmente durante as eleições e a crise seguinte, e num esforço visando garantir a integridade da informação, o MISA voltou a detectar e reportar casos de desinformação. Através da sua unidade de verificação de factos (MisaCheck), o MISA detectou pelo menos 28 casos de desinformação no período entre Julho e Dezembro. Os casos distribuem-se pelas seguintes categorias: a) falsos (14 casos); b) contexto manipulado (7); c) informação não comprovada (4); d) verdade, no entanto (1); e) informação em análise (1); e f) verdade (1). Na sua maioria, os casos relacionam-se com as eleições e a crise pós-eleitoral.

Predominância do “falso”

Conforme se constata, a categoria mais usada foi o “falso”, reflectindo um alto padrão de informações completamente inventadas, apenas com o intuito de manipular factos.

Alexandre Mário refused to answer questions from the journalist, and while already in the Government vehicle that he was driving, took off at high speed, running over the journalist and damaging his equipment. Agostinho sued the director, but the court dismissed the case due to lack of evidence. Emboldened by the court’s decision, the district director of Education countersued the journalist, accusing him of defamation.

Disinformation and the crisis of digital rights

During the year 2024, and particularly during the elections and the crisis thereafter, MISA again detected and reported cases of disinformation. Through its fact-checking unit (MisaCheck), MISA took notice of at least 28 cases of disinformation in the period between July and December. The cases are categorised as: a) false (14 cases); b) manipulated context (7); c) unproven information (4); d) truth, however (1); e) information under analysis (1) and f) truth (1). Most of the cases are related to the elections and the post-election crisis.

Predominance of “false”

As we can see, the mostly used category was that of “false,” which reflects a high degree of completely fabricated information aimed at manipulating the facts.

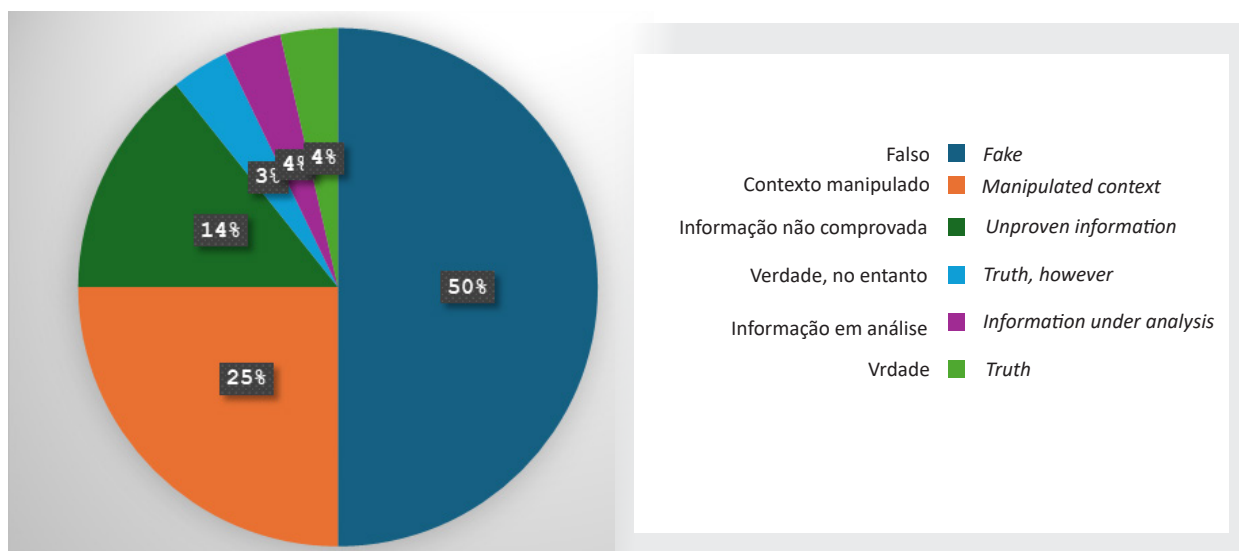


Gráfico 2: distribuição dos casos de desinformação por categorias. Fonte: MISA Moçambique

Graph 2: Distribution of disinformation cases by categories. Source: MISA Mozambique

Momentos críticos

Os meses de Setembro e Novembro registaram o maior número de casos de desinformação, com 8 e 12 casos, respectivamente. Em Setembro, a subida dos casos explica-se pelo pico da campanha eleitoral, altura em que as redes sociais digitais foram largamente usadas para disseminar desinformação, sobretudo visando beneficiar certos concorrentes políticos e prejudicar outros. A título de exemplo, o antigo Presidente da República, Joaquim Chissano, e a antiga Primeira-Dama, Graça Machel, foram falsamente citados a reconhecerem que Venâncio Mondlane era um “líder” e “dor de cabeça” para o partido Frelimo.

Por sua vez, Silva Livone, secretário-geral da Organização da Juventude Moçambicana (OJM), braço juvenil da Frelimo, foi falsamente acusado de estar a apoiar a candidatura de Venâncio Mondlane. Num caso eventualmente visando induzir apoiantes da Renamo, então maior partido da oposição, a não irem votar, dava-se conta de que os eleitores que quisessem votar neste partido e no seu candidato presidencial, Ossufo Momade, deviam o fazer no dia 10 de Outubro, e não 9 de Outubro, data oficialmente fixada para a votação.

Enquanto isso, a escalada de desinformação, em Novembro, foi motivada pela crise pós-eleitoral. Por exemplo, a presidente do Conselho Constitucional (CC), Lúcia Ribeiro, foi dada como estando em vias de ser abatida como represália por uma suposta tentativa de “abandono do barco”, ou seja, uma alegada intenção da dirigente em abandonar o seu posto. Os Estados Unidos da América (EUA) também foram falsamente acusados de terem ameaçado intervir militarmente em Moçambique, caso a Frelimo não abandonasse o poder e promovesse uma transição democrática imediata; da mesma forma que Donald Trump foi acusado de ter reconhecido a vitória de Venâncio Mondlane.

Autores, meios e alvos da desinformação

Da observação efectuada sobre os casos de desinformação, em 2024, destacaram-se, na cadeia de criação e disseminação, conhecidos *bloggers* como Unay Cambuma e Nelly Micas, ambos identificados em 3 publicações de desinformações. Em relação aos meios usados, o Facebook esteve na dianteira com cerca de 15 publicações, seguido pelo WhatsApp (10) e pelo Youtube (3). Do ponto de vista de alvos, a Frelimo e o seu candidato presidencial, Daniel Chapo, foram as principais vítimas.

No entanto, também pode-se destacar um caso de manipulação de um discurso de Daniel Chapo, para dar a entender que estaria a seduzir o seu eleitorado com promessas impossíveis, como é o caso de prometer aviões e aeroportos para cada cidadão moçambicano. A Renamo, a CNE, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e as missões de observação eleitoral, também estiveram entre as principais vítimas da desinformação eleitoral. Em relação à Renamo, além do já exposto, o candidato presidencial deste Partido, Ossufo Momade, foi dado como hospitalizado, recorrendo-se a uma imagem falsa dos tempos da Covid-19.

A CNE, por sua vez, foi acusada de ter emitido um comunicado pedindo desculpas à Coligação Aliança Democrática (CAD) e ao seu ex-candidato presidencial, Venâncio Mondlane, após ter excluído este partido de participar nas eleições. Enquanto isso, a Missão de Observação da União Europeia foi falsamente citada, numa primeira fase, a condenar a auto-proclamação de vitória por parte de Venâncio Mondlane e, numa segunda, a reconhecer uma suposta vitória de Venâncio Mondlane. Embora Venâncio

Critical moments

The months of September and November recorded the highest number of cases of disinformation, with 8 and 12 cases, respectively. In September, the rise in cases can be explained by the fact that this was at the peak of the election campaign, when digital social networks were widely used to spread disinformation, mainly aimed at benefiting certain political competitors and harm others. As an example, the former President of the Republic, Joaquim Chissano, and the former First Lady, Graça Machel, were falsely quoted as acknowledging that Venâncio Mondlane was a “leader” and could be a “headache” for the Frelimo party.

In another instance, Silva Livone, secretary-general of the Mozambican Youth Organisation (OJM), Frelimo’s youth wing, was falsely accused of supporting Venâncio Mondlane’s candidacy. In a case possibly aimed at duping Renamo supporters and prevent them from voting, it was said that voters who intended to vote for the party and its presidential candidate, Ossufo Momade, should do so on 10 October, not 9 October, the date officially set for voting.

The upsurge of cases of disinformation in November was mainly driven by the post-election crisis. For example, the judge president of the Constitutional Council (CC), Justice Lúcia Ribeiro, was reported to be in the process of facing a backlash due to her alleged attempt to “abandon ship”, that is, resign from her position. The United States of America (USA) was also falsely accused of having threatened to intervene militarily in Mozambique if Frelimo did not relinquish power and undertake an immediate democratic transition; in the same way that Donald Trump was accused of having recognized a Venâncio Mondlane’s victory.

Authors, mediums and targets of disinformation

From our observation regarding disinformation, well-known bloggers such as Unay Cambuma and Nelly Micas stood out in the chain of creation and dissemination in 2024, both identified in 3 disinformation publications. Regarding the medium used to disseminate disinformation, Facebook was in the lead with about 15 posts, followed by WhatsApp (10) and Youtube (3). Frelimo and its presidential candidate, Daniel Chapo, were the main targets.

It is also worth noting one case of manipulation of a speech by Daniel Chapo, which was done as to imply that he would be trying to win over the electorate with outlandish promises, such as offering planes and airports for each Mozambican citizen. Renamo, the CNE, the Technical Secretariat for Electoral Administration (STAE) and electoral observation missions were also among the main targets of electoral disinformation. In relation to Renamo, in addition to what has already been explained, it had its presidential candidate, Ossufo Momade, reported as hospitalised, something that was done by resorting to a fake picture, which was taken during the Covid-19 pandemic.

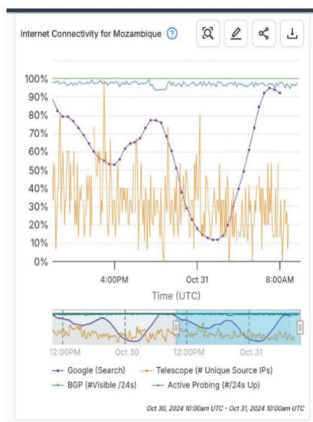
The CNE, for its part, was accused of having issued a statement apologising to the Democratic Alliance Coalition (CAD) and its former presidential candidate, Venâncio Mondlane, for having rejected its participation in the elections. Meanwhile, the European Union Observation Mission was falsely quoted, in one instance, as condemning the self-proclamation of victory by Venâncio Mondlane and, at another, recognizing a supposed victory by Venâncio Mondlane. Although Venâncio Mondlane and the two opposition parties that supported him (CAD and Podemos) were

Mondlane e os dois partidos da oposição que o apoiaram (CAD e Podemos) também tenham sido alvos de desinformação, foram os menos afectados pelo fenómeno.

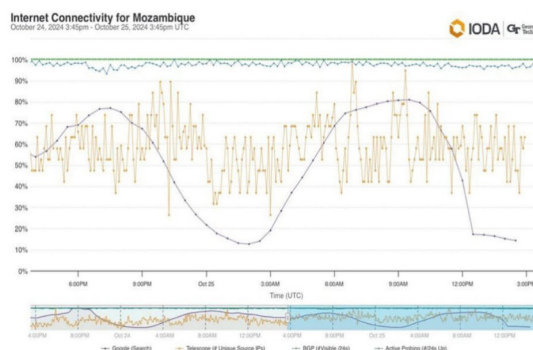
also targets of disinformation, they were the least affected by the phenomenon.

Cortes da Internet: Um boicotar aos direitos digitais?

Internet Cuts: A Boycott of Digital Rights?



**Conectividade à Internet para Moçambique/
Internet Connectivity for Mozambique**
Oct 30, 2024 10:00am UTC – Oct 31, 2024 10:00am
UTC / 30 Oct, 2024 10:00 – 31 Oct, 2024 10:00



**Conectividade à Internet para Moçambique
/Internet Connectivity for Mozambique**
October 24, 2024 3:45pm – October 25, 2024 3:45
pm UTC / 24 Oct, 2024 15:45 – 25 Oct, 2024 15:45

O Governo de Moçambique, diante da dificuldade de controlar o fluxo de informações e as manifestações coordenadas pelas redes sociais, optou por interromper o acesso à internet em duas ocasiões, em 2024. A primeira foi no dia 25 de Outubro, com a limitação intencional da largura de banda, especialmente nos serviços móveis. A segunda, uma semana depois, desde a tarde de 30 de Outubro, afectou o acesso a redes sociais como Facebook, WhatsApp e Instagram, tornando quase impossível para a maioria dos cidadãos se conectarem. Vários utilizadores tiveram de recorrer à Rede Privada Virtual (VPN), um serviço que permite a ligação através de outros países.

In 2024, the Government of Mozambique, faced with the difficulty of styming the flow of information and prevent the demonstrations that were being coordinated through social networks, chose to cut off internet access on two occasions. The first was on 25 October, with the deliberate limitation of bandwidth, especially in mobile services. The second, a week later, starting in the afternoon of 30 October, affected access to social networks such as Facebook, WhatsApp and Instagram, making it almost impossible for most citizens to connect. Several users had to resort to the Virtual Private Network (VPN), a service that allows connection through other countries.

O bloqueio impactou negativamente jornalistas, empresas de comunicação, a Liberdade de Expressão e a vida social, já que muitas actividades estavam sendo feitas remotamente devido aos protestos.

The disconnection of the internet had a negative impact on journalists, media companies, freedom of expression, and social life in general, particularly given that many activities were already being done remotely due to the protests.

Mas as violações da Liberdade de Expressão já tinham sido ensaiadas em Maio, pelo Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM), órgão regulador das telecomunicações, quando decidiu aumentar as tarifas dos serviços de voz, dados e SMS, alegando que era para salvar a indústria. O MISA Moçambique e outras organizações da sociedade civil e cidadãos, em geral, contestaram a decisão do INCM. Por exemplo, o MISA apresentou uma petição a solicitar a suspensão da resolução, argumentando que a mesma constituía uma clara violação de direitos fundamentais tais como o Acesso à Informação, a Liberdade de Expressão e a participação dos cidadãos na vida pública do país. Semanas após a petição, a resolução foi revogada.

But violations of freedom of expression had already been rehearsed in May, by the Mozambique National Institute of Communications (INCM), the country's telecommunications regulator, when it decided to increase rates for voice, data and SMS services, claiming that it was doing so to save the industry. MISA Mozambique and other civil society organisations and private citizens, in general, contested the INCM's decision. MISA filed a petition requesting the suspension of the decision, while arguing that it constituted a clear violation of fundamental rights such as Access to Information, Freedom of Expression and the participation of citizens in their country's public life. Weeks after the petition, the decision was revoked.

Considerações finais

Este relatório demonstra o quão desafiador é o exercício da Liberdade de Expressão, da Liberdade de Imprensa e do Direito à informação em Moçambique. O aumento do autoritarismo estatal dificulta o trabalho livre dos jornalistas. Muitos jornalistas têm demonstrado receio em exercer a sua função de vigilância, devido as limitações e ao elevado risco de se tornarem vítimas. Os graves ataques que os jornalistas sofreram durante a crise pós-eleitoral de 2024, com a Polícia a visá-los deliberadamente durante o exercício das suas funções, mostram claramente o que pode acontecer aos profissionais de comunicação social em contextos de crescente autoritarismo e crise política.

Estes desafios podem ter um impacto particular nas mulheres jornalistas, que também lutam contra o assédio sexual. Como Moçambique está a iniciar um novo ciclo de governação, é importante que as autoridades façam um compromisso com o estado da democracia no país. Isto inclui a promulgação de novas leis de comunicação social e radiodifusão que fortaleçam e reforcem a Liberdade de Expressão, a Liberdade de Imprensa e o Direito à Informação, em vez de policiar o exercício destes direitos fundamentais. Entretanto, a implementação da legislação actual e nova continua a ser o desafio fundamental que precisa de ser seriamente abordado pelo Governo. Caso contrário, o país continuará o seu caminho para o puro autoritarismo.

Enquanto a sociedade civil precisa de manter a pressão sobre o Governo, a comunidade internacional precisa de fazer mais para que possa ser vista como comprometida com uma democracia forte. O que a comunidade internacional não pode querer é continuar a ser vista como protectora de um regime que se torna cada vez mais autoritário, como as eleições de 2024 demonstraram. Na componente da desinformação, as eleições de 2024 e a crise que a elas se seguiu comprovaram que a desinformação é um problema central das democracias contemporâneas, e Moçambique não está alheio a esta realidade. Os vários casos detectados mostram a tendência de como o espaço digital pode ser capturado por actores políticos para fazer as suas batalhas eleitorais, mesmo que isso seja à custa da verdade e da integridade.

Este contexto mostra que é tempo de Moçambique acelerar as discussões em torno dos novos desafios colocados pelos desenvolvimentos tecnológicos, como a Inteligência Artificial, incluindo as oportunidades e os desafios que as novas tecnologias apresentam para as Liberdades de Expressão e de Imprensa, e o Direito de Acesso à Informação. Além das questões de legislação sobre o espaço digital, mostra-se necessário também um trabalho conjunto e intensivo entre os media, a sociedade civil e o Governo para a promoção da literacia digital e empoderamento da sociedade, com destaque para profissionais da área da comunicação e informação, sobre o combate à desinformação.

Final considerations

This report demonstrates how challenging the exercise of Freedom of Expression, Freedom of the Press and the Right to Information is in Mozambique. The rise of state authoritarianism makes it difficult for journalists to work freely. Many journalists have been wary of carrying out their watchdog duties due to the limitations and the high risk of being victimised. The serious attacks that journalists suffered during the post-election crisis of 2024, with the police deliberately targeting them as they carried out their duties, clearly show what can happen to media professionals in contexts of growing authoritarianism and political crisis.

These challenges can have a particular impact on women journalists, who also must struggle with the burden of sexual harassment. As Mozambique is embarking on a new governing cycle, it is important that the authorities make a commitment to uphold democracy in the country. This should include the enacting of new press and broadcasting laws that strengthen and reinforce Freedom of Expression, Freedom of the Press and the Right to Information, rather than policing the exercise of these fundamental rights. Meanwhile, the implementation of current and new legislation remains a key challenge that needs to be seriously addressed by the Government. Otherwise, the country will continue its path to pure authoritarianism.

While civil society needs to keep bringing pressure to bear on the government, the international community needs to do more so that it can be seen as committed to helping Mozambique build a strong democracy. What the international community will not want is to continue to be seen as protector of a regime that is becoming increasingly authoritarian, as the 2024 elections demonstrated. In the disinformation component, the 2024 elections and the crisis that followed them proved that disinformation is a central problem facing contemporary democracies, and Mozambique is no stranger to this reality. The various cases that were detected show a trend of how the digital space is being captured by political actors to carry out their electoral battles, even if this is at the expenses of truth and integrity.

This context shows that it is time for Mozambique to accelerate discussions around the new challenges posed by technological developments, such as Artificial Intelligence, including the opportunities and challenges those new technologies present for Freedom of Expression and Freedom of the Press, as well as the Right of Access to Information. In addition to the issues of legislation on the digital space, it is also necessary for the media, civil society and the Government to work together towards promoting digital literacy to empower society, with emphasis being placed on communication and information professionals, to enable them to effectively fight against disinformation.



Parceiros: / Partners: